

Empresas brasileiras de Engenharia buscam ampliar condições de concessão de infraestrutura do país

O risco da desnacionalização desanima o mercado da engenharia brasileira diante do que poderia ser uma grande oportunidade para empreendedores e profissionais do país.

O anúncio de R\$ 198,4 bi destinados em concessões para modernizar a infraestrutura do país, a princípio, poderia ser uma notícia otimista para o mercado da engenharia. A nova fase do Programa de Investimento em Logística (PIL) vai realizar a concessão ao setor privado de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos.

Mas quando grandes empresas brasileiras estão envolvidas na Operação Lava a Jato e a desvalorização cambial torna os ativos em infraestrutura até 30% mais baratos em real devido a valorização cambial do dólar, o que se vê é um quadro desanimador para empresas nacionais.

“O risco é da desnacionalização do setor de infraestrutura. Pois as grandes empresas de Engenharia Nacional podem não participar devido a problemas econômicos e legais ocasionados pela operação lava jato”, alerta o Presidente do Senge BA, Engenheiro civil Ubiratan Felix.

As médias e pequenas empresas brasileiras de engenharia ainda não tiveram garantidas condições de competir com as grandes empresas estrangeiras que, de acordo com as consultorias especializadas são as grandes favoritas em abocanhar a maior das concessões do Programa de investimento de Logística.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção da Bahia – Sinduscon/BA, Engenheiro civil Carlos Henrique, é possível desenvolver as concessões com mais amplitude para que as pequenas e médias empresas participem. Isso aumentaria a concorrência com serviços de qualidade e com melhores preços.

“Já estamos dialogando com os governos nesse sentido. Grandes obras podem ser divididas em fases ou etapas entre as médias empresas. Também é possível oferecer condições para que essas empresas se associem através de consórcios ou Sociedades de Propósitos Específicos”, explica Henrique que é também Diretor da Gráfico Empreendimentos Ltda.

Deputado Estadual, Engenheiro Agrônomo Marcelino Galo, lembra que o investimento em infraestrutura é fundamental para garantir a mobilidade, maior eficiência da logística e escoamento da produção, e, sobretudo, o desenvolvimento do país.

“Mas é importante assegurar a participação das empresas brasileiras e da engenharia nacional nesse processo, para que o desenvolvimento de tecnologias, a inclusão social e a geração de postos de trabalho possam favorecer o povo e o empreendedor brasileiro”, afirmou o deputado.

Modelo de Concessão - O pacote de investimentos tem sido avaliado como uma reação do governo a queda de popularidade devido à crise econômica. Uma das críticas, porém, é a possibilidade de concessão por meio de outorga onerosa: vence quem paga ao governo o maior valor pelo direito de exploração do serviço.

Esse modelo foi adotado durante o governo do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e era criticado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). “O ideal seria que essas obras fossem geridas pelo setor público, mas na atual condição do Estado Brasileiro não existem recursos e expertise que permitam que o Estado cumpra este importante papel, pois é importante lembrar que os órgãos como GEIPOT, RFFSA e EBTU que realizavam o planejamento e gestão da infraestrutura foram extintos ou desmantelados pelos Governos Sarney, Collor e Fernando Henrique” e não foram recompostos no Governo Lula. Explica o Engenheiro Civil Ubiratan Félix.

Uma outra preocupação de Félix, é cobrança da outorga nas concessões de rodovia, que foi modelo adotado no Governo FHC que teve como consequência valores elevados de cobrança do Pedágio para usuário, pois será vencedor o consórcio e/ou empresa que pagar maior valor ao Governo Federal em contraposição ao modelo adotado no Governo Lula que tinha como vencedor a empresa que oferecesse menor valor de cobrança de pedágio ao usuário, este modelo irá encarecer o custo de escoamento da produção e penalizar o consumidor e usuário das vias.

A deputada estadual, Engenheira Civil Maria del Carmen, discorda, “O modelo do Governo Dilma é diferente do Governo FHC. Todas as concessões realizadas no governo Dilma têm buscado o melhor preço para o usuário, com tarifas muito mais módicas”, diz.

Pacotes – Para Ubiratan Félix, o Programa de Investimentos e Logística, poderá ser relativamente bem sucedido no setor rodoviário, pois já existe um marco regulatório definido e testado assim como existe uma grande expertise de empresas nacionais e estrangeiras na execução e planejamentos de obras no setor. Dos R\$ 198,4 bilhões, R\$ 66,1 bilhões devem ser aplicados na modernização (duplicação e melhorias) de rodovias federais.

No setor de aeroportos as empresas farão a gestão, ampliação e reforma de aeroportos existentes, consolidados, lucrativos e com possibilidade de ampliação de receita através de estabelecimento de Centros comerciais, de lazer e serviços. Os aeroportos que serão concedidos são o de Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis. A estimativa do governo é que eles recebam, no total, R\$ 8,5 bilhões em investimentos.

No setor de ferrovia, até presente momento o governo não conseguiu estabelecer um marco regulatório que garantisse ampliação das linhas ferroviárias, melhoria do serviço e tarifas módicas. Apenas exemplificar a ferrovia norte sul demorou 27 anos e não foi ainda totalmente concluída, além disto existem algumas propostas de investimento como ferrovia transoceânica que não existe projeto, recursos e estudos prévios de viabilidade técnica e econômica. O governo prevê o investimento de R\$ 86,4 bilhões em ferrovias.

Quanto aos portos, a maior dificuldade é a judicialização promovida pelos atuais permissionários questionando aspectos importantes do “ Marco Regulatório dos Portos” aprovado em 2013, que impede que o Governo Federal possa dar prosseguimento aos processos licitatórios das concessões. O governo prevê investimentos de R\$ 37,4 bilhões. A novidade está nos portos fluviais da região norte, pois nestes casos não há risco de questionamentos judiciais substanciais por que serão concessões novas.